

PINGA-FOGO

■ **BOA INICIATIVA** - O deputado Vinicius Cozzolino protocolou nesta quarta-feira (8) um Projeto de Lei que propõe alterar o Fundo Especial da Alerj (Lei 6.041/2011), permitindo a transferência de recursos em situações de emergência ou calamidades públicas para outros estados, ampliando o alcance da lei que antes se limitava aos 92 municípios fluminenses. A proposta do parlamentar é destinar recursos do fundo para auxiliar o estado do Rio Grande do Sul, que enfrenta um estado de calamidade após as fortes chuvas.

■ “O Rio Grande do Sul está vivenciando um verdadeiro caos. Com 100 mortes confirmadas e mais de 1 milhão de pessoas afetadas pelas chuvas, é urgente agir. Alterar essa lei é crucial para ajudar outros estados que enfrentam catástrofes, como foi o caso da Bahia em 2022. Isso pode acontecer com qualquer cidade e estado, e nós precisamos apoiar esses municípios a se recuperarem. Em 2022, a Alerj destinou 30 milhões para o município de Petrópolis”, explica Vinicius Cozzolino.

■ **A proposta inclui a exigência de legislação específica para a realização de transferências de recursos provenientes do Fundo Especial da Assembleia Legislativa, garantindo a transparência necessária para esta disposição. Além disso, estabelece como requisito adicional para transferências entre estados o prévio reconhecimento de calamidade pública pelo Congresso Nacional, conforme o art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.**

■ Essa medida demonstra o compromisso da Alerj em au-

xiliar estados em situações de emergência e desastres naturais, reforçando a solidariedade e a cooperação entre as unidades federativas do Brasil.

■ **FUTURO** - Quarenta jovens, entre 16 e 29 anos, participam amanhã de uma sessão legislativa simulada, no plenário da Câmara do Rio. A atividade inédita é promovida pelo gabinete do vereador Pedro Duarte (Novo), como parte de um curso de formação de jovens lideranças políticas, o Engaja Rio, que ocorre todo semestre. Os jovens vão se dividir em três grupos - alinhados a posicionamentos de direita ou de esquerda ou de centro – para discutir os problemas da cidade, propor projetos fictícios de lei, debatê-los e simular uma votação.

■ **LEILÃO DE NFT** - Em Petrópolis, a Prefeitura pretende lançar um projeto de leilão de NFTs para arrecadar doações para reconstruir a cidade, que ainda sofre as consequências das tragédias de 2022. Inspirados no modelo da Ucrânia feito para a arrecadação de fundos para a guerra, Petrópolis pretende usar os tokens não fungíveis, para arrecadar recursos para realizar obras de prevenção.

■ **LEILÃO DE NFT II** - A lei que autoriza a criação de ativos não fungíveis no município de Petrópolis de nº 8.301/2022, teve o texto sugerido pelo senador Carlos Portinho, e sancionada ainda em 2022. Mas como não há precedentes no Brasil, a Procuradoria-Geral do Município foi atrás do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para saber como colocá-la em prática. Nesta quarta-feira (8), o conselheiro relator Christiano Lacerda Ghuerren levou o assunto em pau-



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Progressistas dá o exemplo

Liderada pelo deputado Dr. Luizinho (PP), bancada federal do partido doa R\$ 25 milhões em emendas individuais para o Rio Grande do Sul, que sofre com catástrofe climática

A bancada do Progressistas na Câmara Federal decidiu na terça-feira (7) doar cerca de R\$ 25 milhões ao estado do Rio Grande do Sul, que sofre com a maior enchente de sua história. A decisão foi tomada após reunião da liderança do partido, em Brasília, sob comando do deputado federal do RJ, Dr.Luizinho. O montante é parte da dotação de emendas individuais que cada um dos parlamentares têm direito.

“Todas as pautas que afetam o Brasil são importantes, mas cuidar de quem precisa requer urgência, coragem e solidariedade. Decidimos que toda a liderança do Progressistas fará

doações de dotação de emenda individual para apoiar o Rio Grande do Sul. Serão, ao menos, R\$25 milhões por parte da bancada”, explicou Dr. Luizinho, que mobilizou todos os parlamentares do partido.

Nesta iniciativa solidária, todos os membros da bancada contribuirão com valor significativo para direcionar ao Estado que enfrenta os desafios decorrentes das recentes cheias e calamidades provocadas pelas chuvas.

A decisão foi tomada de forma consciente, refletindo o compromisso dos Progressistas com o apoio às regiões mais necessitadas do nosso país.



Reunião da liderança do partido aconteceu nesta terça

Além dessa importante medida, é importante ressaltar que a Câmara dos Deputados aprovou e o Congresso Nacional já promulgou um decreto que permite auxílio emergencial ao Rio Grande do Sul, mesmo fora das metas fiscais estabelecidas.

O deputado federal Covatti Filho, presidente do Progressistas no Rio Grande do Sul agradeceu a mobilização feita pelo Líder Dr. Luizinho. “Estamos unidos na missão de oferecer suporte e solidariedade ao povo gaúcho neste momento de adversidade”, declarou.

ta, mas ainda não há consenso entre os conselheiros sobre o que pode ser feito, a conselheira Marianna Montebello Willeman pediu vistas do processo.

■ **LEILÃO DE NFT III** - Na prática, a lei viabiliza a contratação de Ativos Não Fungíveis, por meio de plataformas digitais de comercialização de cryptoativos, com o objetivo de obter recursos para projetos destinados às obras públicas de reparo, contenção e/ou reconstrução de áreas no primeiro distrito do Município de Petrópolis, além da aquisição de imóveis para ajudar os que perderam moradia durante a tragédia que assolou a cidade. No caso de Petrópolis, são planejados

leilões com obras de artistas renomados.

■ **SUL FLUMINENSE NO PARÁ** - Políticos, empresários e entidades de classe do Sul Fluminense estão em Belém, no Pará, participando da Missão Benchmarking Políticas Públicas, promovido pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará. O evento começou nesta quarta (08) e termina nesta quinta (09). O presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Barra Mansa, Bruno Paciello, é um dos que está participando do evento. Foi a convite da Agência de Desenvolvimento Regional Sul Fluminense e do Sebrae-RJ. A agenda da comitiva inclui visitas a empresas,

ao Distrito Industrial de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, e ao Distrito Industrial de Belém, em Icoaraci.

■ **TROCA DE INFORMAÇÕES** - O prefeito de Píndamonogaba, Ednardo Barbosa, e o secretário de Governo e Desenvolvimento Econômico, Estanislau Corrêa, também estão no Pará. Foram a convite da ADR Sul Fluminense e do Sebrae. Ednardo disse que o encontro é fundamental para o compartilhamento de conhecimentos entre os municípios. “Estamos aqui para absorver conhecimentos que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico das cidades”, disse o prefeito.

■ **PARACAMBI NO CONGRESSO** - O ex-secretário estadual de Agricultura do RJ, Dr. Flávio, foi empossado para o cargo de deputado federal, na última terça-feira (07), no plenário da Câmara dos Deputados. Flávio possui trajetória política construída no município de Paracambi, na Baixada Fluminense, tendo sido prefeito da cidade. Ele também é esposo da atual prefeita, Lucimar Ferreira, e irmão do deputado estadual Dr. Deodalto, que assumiu ontem (08) o posto de secretário de Agricultura deixado pelo irmão, no Palácio Guanabara. Dr. Flávio estava na posição de suplente do deputado Carlos Jordy (PL), que deixou o cargo para disputar a prefeitura de Niterói nas eleições de outubro.

Fernando Molica

Um país que dá gastura

A disseminação de mentiras sobre entrega de doações a vítimas da enchente no Rio Grande do Sul demonstra que nem o inferno se constitui num limite para a indústria de fake news.

O fato indica que o país perdeu qualquer noção ética, parece uma alma penada que fica por aí, assombrando todos que buscam algum projeto sério de construção de uma sociedade minimamente justa e decente. É triste demais, algo que gera descrédito, desânimo, gastura, dá vontade de jogar a toalha, de pedir pra sair.

Desta vez, os sujeitos, entre eles, políticos, chegaram a espalhar que o governo do Rio Grande do Sul exigia nota fiscal de produtos destinados a pessoas que tiveram parte de suas vidas levadas pela água. Outros denunciaram como sendo falsos códigos de PIX criados para ajudar desabrigados.

Mentir de maneira descarada para obter vantagens políticas e eleitorais já é um absurdo que precisa ser punido, mas sabotar a entrega de água, alimentos, produtos de limpeza e roupas para flagelados representa um inimaginável grau de sordidez e maldade — deixo para o leitor a tarefa de selecionar os palavrões que considerar adequados para definir a prática.

A partir da campanha eleitoral de 2018, boa parte do país acolheu e banalizou o fenômeno das notícias fradulentas, in-

formações falsas criadas com o objetivo de difamar adversários. Fatos que de tão estapafúrdios que sequer deveriam ser levados a sério por adultos.

As fake news, porém, trabalham com uma ideia bem elaborada de criar verossimilhança, de procurar atestar o que é falso, jogam no campo da fé, seduzem ouvidos ao neles gritar o que eles gostariam de ouvir: e aí vale atribuir a filhos de Lula a propriedade da JBS, da maioria das ações da Petrobras, de latifúndios, de uma Ferrari dourada. Em meio ao pega-mata-come do auge da Lava Jato, mentiras que pareciam sinceras interessavam a muita gente.

O mesmo serve para distorções grosseiras de fatos: uma política de não discriminação de crianças e adolescentes é apresentada como kit gay, o avanço de processos de inclusão dá margem à invenção de que haveria uma política de instalação de banheiros unissex em escolas — o medo, o preconceito e a ignorância asfaltam o caminho para o que é produzido em gabinetes de ódio.

Um processo tão leviano que dificulta até mesmo a propagação de notícias verdadeiras — a redudância aqui se faz necessária — sobre adversários políticos. A mentira é sempre mais sedutora, tem o poder de fazer com que seu portador seja visto como alguém especial, que sabe dos

segredos, que tem um amigo-primo-tio-sogro-sogra-parente em Brasília que conhece todos os os segredos da República, aqueles que a tal emissora de TV não mostra.

O viés conspiratório em presta credibilidade à invenção, satisfaz o apetite de quem deseja algum motivo para renovar o ódio contra seu adversário ou inimigo, há sempre um diabo pronto para ser escalado e entrar em campo.

Tudo isso cansa. Todos temos o direito de rejeitar ou mesmo detestar esse ou aquele governante, mas é razoável que esses sentimentos sejam respaldados em fatos, não em invenções criadas por aqueles incapazes de trabalhar de maneira séria na política. Isso desqualifica até mesmo a oposição.

Não é razoável adaptar fatos para que eles se encaixem no mundo que idealizamos. Não é admissível que, diante de mais uma de uma centena de mortes e de desaparecidos, de pessoas desabrigadas, de crianças separadas de seus pais, que redes criminosas de desinformação atuem com tamanha desfaçatez.

Obs: já tinha concluído este artigo quando soube, à noite, dos casos de abusos sexuais contra mulheres, entre elas, adolescentes, em abrigos improvisados para vítimas da enchente. Mais do que gastura, dá nojo, raiva e vergonha.

Alexandre Garcia

Catástrofe e virtude

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado acaba de aprovar o projeto de criação da Política Nacional de Gestão Integral de Riscos de Desastres, que prevê um Sistema Nacional para isso. Só que isso já existe. O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, previsto em lei federal de 2012, espera para ser posto em prática há 12 anos. Quantas vidas e prejuízos poderia ter poupado? Voluntários no Rio Grande do Sul apelam para que esta catástrofe sirva para prevenir e abrandar os efeitos da próxima cheia. Todos sabem que vai haver outra - e mais outra. Eu mesmo vivi isso durante metade de minha vida, morando na margem esquerda do Rio Jacuí e depois nas duas margens do Rio Taquari. Todos os anos há enchentes, e algumas devastadoras, como foi a de 1941, nos mesmos dias de maio, comprovando a regularidade do ciclo. A diferença é que hoje há mais gente morando em áreas alcançadas pelo transbordamento dos rios. Todos os anos nuvens carregadas de umidade quente da Amazônia - um oceano voador - se chocam, sobre o Rio Grande, com o ar frio vindo da Patagônia e aí a umidade se condensa e escorre como na parte externa de um copo com água muito fria. A água cai das nuvens e segue as ordens da gravidade. Aprendi isso desde a infância. Muito remei “caíque” na minha rua e no quintal de nossa casa.

Assim, isso é cíclico, portanto previsível. Este ano, o choque de frio com calor úmido sobre o estado de clima temperado foi intenso, e um aviso fora dado em setembro, com as águas do Taquari subindo 30 metros em uma noite. O que é cíclico não é excepcional. Há, pois, a obrigação das autoridades de terem planos preventivos, com potencial de mobilização - como um exército, que tem que estar sempre pronto para a guerra. Não é impossível saber para onde vai a água, quando ela extravasa da calha de um rio. Não é impossível saber quando uma encosta se torna um risco. Não é impossível extrapolar a cota de uma inundação na hora de licenciar construções. Não é impossível prever e emitir aviso de chuvas torrenciais. Não é impossível fiscalizar as empreiteiras para garantir resistência de pontes e rodovias. Não é impossível corrigir o assoreamento dos rios com dragagem. Não é impossível e é obrigação do estado, que existe para também preservar vidas e patrimônio do povo a que serve.

Quando o estado não previne, remediar é que é impossível. Não se recuperam vidas perdidas. Nem colheita, gado, móveis, imóveis arrastados, destruídos. O Rio Grande vem de três anos de secas que prejudicaram as safras; agora é o excesso d’água. Além da natureza, há os aproveitadores, vigaristas, bandidos. Saqueadores roubam embarcações

que estão resgatando gente, animais e bens, para saquear as casas semi-submersas. Criam-se contas de doações que só beneficiam o dono do pix. Como em setembro, desviavam doações. O governo federal anunciou 614 milhões de emendas para a saúde no Rio Grande; num só dia da semana passada o presidente liberou 4,9 bilhões de emendas para seduzir parlamentares. Ainda comparando valores: o Ministro Toffoli dispensou a Odebrecht e a J & S dos 15 bilhões dos acordos feitos na Lava-Jato.

O Rio Grande do Sul tem uma população resiliente. Esta catástrofe abate mas não derrota. Ninguém desiste. Os embates forjaram o gaúcho. Esta enchente é mais um desafio a ser enfrentado. Ninguém no Rio Grande é escravo do clima, do governo, ou do que quer que seja. Liberdade e iniciativa entraram na medula, gerados pelos mais variados entreveros nos últimos séculos, misturando sangue de charruas, minuanos, guaranis, espanhóis, portugueses, depois alemães, italianos, sírio-libaneses e forjaram uma tempera de lâmina de aço e cabo de prata. É um povo que canta seu hino como um lema; um hino que ensina que para ser livre, não basta ser bravo, aguerrido e forte; é preciso ter virtude. Na catástrofe, a rede de solidariedade é impressionante, revelando as virtudes desse povo. E entre uma e outra catástrofe, a falta da virtude de prevenção, do estado brasileiro.